

GT 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educacionais**EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NAS AÇÕES DA
COLÔNIA DOS PESCADORES Z-16 DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ**Benilda Miranda Veloso Silva¹ (SEDUC-BA)Neusa Pressler² (UNAMA)**1 INTRODUÇÃO**

Com o escopo de analisar as relações estabelecidas entre educação, desenvolvimento e sustentabilidade no interior da Amazônia, buscou-se investigar a Colônia dos Pescadores Z-16 de Cametá. Tratar de um lócus de pesquisa em que predomina o conhecimento tradicional, por isso foi necessário inseri-la no debate regional e nacional sobre as estratégias e os projetos de desenvolvimento de proteção e o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia.

Mostrou-se necessário também uma discussão sobre as práticas produtivas sustentáveis realizadas na Amazônia. Considerou-se que a “geografia física” da Amazônia se constitui no espaço nacional e internacional, portanto a sua compreensão e a construção das suas representações discursivas não se dão estreitamente no cenário nacional, por isso houve necessidade de incluímos nesse debate a discussão sobre o PPG7 e o PDA, considerando tratar-se de ações de cooperação internacional de grande envergadura que operou mudanças significativas na Colônia Z-16 e na Amazônia.

¹ Técnica em Educação da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC –PA. Mestre em Comunicação, Cultura e Linguagem pela Universidade da Amazônia- UNAMA.

² Professora Titular I do Curso de Comunicação Social e do Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia - (Unama), Doutora em Ciência Socioambiental (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/ UFPA). Ministra disciplinas: mídia, comunicação institucional e pesquisa em comunicação. E-mail: neusapressler@unama.br. | neusapressler@hotmail.com.

1.1 PDA COMO BASE PARA EXPLICAR ELEMENTOS QUE INTERFEREM E CONSTITUEM A ATUAL HISTÓRIA DA COLÔNIA DOS PESCADORES

O Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), do Ministério do Meio Ambiente, apoiou cerca de 320 (trezentos e vinte) projetos na Amazônia e na Mata Atlântica. A história do PDA e as histórias dos projetos apoiados por ele têm demonstrado que há um acúmulo de conhecimento sendo gerado pelas comunidades e organizações de produtores familiares, que estão criando e testando novas tecnologias e sistemas de produção sustentável.

Em um projeto piloto realizado entre julho de 2003 e março de 2004, onze iniciativas apoiadas pelo PDA sistematizaram alguns aspectos de suas práticas. O resultado são onze histórias reais, contadas por muitas vozes, tecendo narrativas cheias de vida, reflexão, descobertas e aprendizados. Dentre essas vozes, histórias e experiências narradas e vivenciadas pelas comunidades ribeirinhas o PDA, publicadas na Revista II, de janeiro de 2006, apresenta alguns tópicos para compreendermos a trajetória, aspectos primordiais para construção da linha do tempo dos Pescadores da região do Baixo Tocantins.

A região do Baixo Tocantins compreende nove municípios e viveu uma fase áurea da economia da borracha, a exemplo de toda a Amazônia, nos idos de 1850 a 1970. A partir daí, veio a fase da produção de pimenta-do-reino. Nos anos 80, novas formas de ocupação foram iniciadas, com a implantação de grandes projetos governamentais e empresariais, culminando com a implantação da Usina Hidrelétrica no rio Tocantins, no município de Tucuruí, no Pará. Além de Tucuruí, houve a instalação do complexo Albras/Alunorte em Barcarena, sendo os dois responsáveis pelos impactos ambientais no Tocantins. (PDA, 2006, p.21)

O primeiro ponto destacado são os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Pois, apesar de saberem das transformações que ocorreram na região, depois dos “grandes projetos UHT”, a percepção desses efeitos negativos não era explícita para maioria da população. Com propósito de mostrar esses impactos negativos foram realizadas publicações sobre os impactos negativos da barragem para população ribeirinha, que gerou efeitos para a produção pesqueira. Destacando que essa obra ameaçou a sobrevivência das populações locais, tanto as urbanas (consumidoras) quanto as ribeirinhas (pescadores artesanais) e os mercadores (atravessadores).

Figura 1 - Vista aérea da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – Pa.



Fonte: Cidade de Tucuruí (2013).

Ao entrar em decomposição, a floresta libera gás metano e óxido de enxofre, tornando a água extremamente ácida. Essa acidez e a multiplicação de algas causada pelo material em decomposição alteram os aspectos físicos e químicos da água, causando impacto na reprodução de grande parte das espécies de peixes. Segundo alguns moradores, várias espécies de peixes que antes eram comuns na região quase desapareceram por conta da brusca mudança na qualidade da água.

No contexto dos anos 80 e início dos anos 90 surgiram as “unidades de mobilização” formadas por atingidos por barragens, remanejados, assentados, etc., que na Região Tocantina integravam os STRs (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) juntamente com as Colônias de Pescadores e outros segmentos sociais. Uma das iniciativas buscadas por esses atores sociais foi a conservação dos recursos pesqueiros e florestais por meio dos “Acordos de Pesca” ou “Acordos de Preservação”, que refletem a preocupação com a escassez do pescado e as futuras condições de sobrevivência das famílias.

Os acordos de pesca são arranjos comunitários institucionais estabelecidos por famílias e pescadores de determinadas localidades ribeirinhas com o objetivo de regulamentar o uso de recursos pesqueiros em áreas de várzea da Amazônia e se contrapor à “pesca predatória” por meio do manejo comunitário destes recursos (SANTOS, 2006, p. 1).

A Colônia Z-16 recebeu apoio do PDA para a realização do “Projeto de Apoio às iniciativas comunitárias: preservação dos recursos aquáticos, manejo florestal e piscicultura familiar como estratégias de valorização de comunidades ribeirinhas”. O projeto PDA aconteceu de setembro de 2001 a janeiro de 2005, sendo que o período que havia sido sistematizado iria apenas até 2003 e devido alguns ajustes e atualizações as atividades foram prorrogadas até agosto de 2005, por ocasião da visita de uma equipe do PDA à Cametá com a

finalidade de colher mais alguns depoimentos e discutir com a Colônia a finalização da narrativa.

O PDA analisa e apresenta aspectos e pontos de extrema significância para a contextualização histórica da inserção e desenvolvimento do grupo dos pescadores da Região Tocantina.

Outro fator que interferiu na história da Colônia dos Pescadores foi o papel da Igreja na mudança dos padrões de organização social e dominação econômica dessa região, que pode ser considerado um capítulo muito importante dos movimentos sociais no Brasil. As atividades dos movimentos sociais no Brasil e as atividades políticas dos pescadores no Pará realizaram-se de forma intensa, por meio de diversas ações coletivas desse grupo social, dentre os quais podemos destacar o Conselho Pastoral da Pesca – CPP, o Movimento Nacional dos Pescadores – Monape, assim como, o Movimento dos Pescadores do Pará – Mopepa.

A formação do movimento dos pescadores foi uma das estratégias encontradas para lutar de forma coletiva em prol dos seus direitos. Percebemos que este movimento de luta por uma vida digna está articulado com projetos como PPG7, PDA, entre outros. A relação desses pescadores com as instituições não foi algo fácil. Eles precisaram de muita organização para alcançar seus direitos. De modo que o processo de organização coletiva constitui-se como uma característica da identidade desse povo.

Nesse estudo sobre a construção da identidade cultural precisamos inserir na pauta do debate a discussão sobre os aspectos culturais da nossa sociedade, pois, assim como muitas, forjou-se por meio de uma relação profunda entre cultura local e cultura global. As culturas e suas manifestações não podem ser analisadas sob ótica dialética, mas devem ser vistas a partir daquilo que Canclini (2003) denomina de *Glocal*, que para o antropólogo envolve, nesse sentido, o campo da cultura, gerando dois movimentos complementares. O primeiro deles é o movimento de globalização, no qual surge uma rede planetária de processos industriais, tecnológicos e culturais que, entre outras características, interpela sujeitos diferentes, em dimensões espaciais diversas, através de bens simbólicos. A oferta de tais bens se mostra homogeneizadora de hábitos de consumo, à medida que ignora fronteiras geográficas, atraindo diferentes segmentos consumidores. O segundo se refere ao processo de valorização do local inserido no global. Não estamos falando do local fora de uma rede de conexões como o mundo globalizado.

Paralelo a esse movimento globalizador surge o movimento de localização da cultura. Neste caso, ocorre uma retomada das tradições locais, num processo de busca por

traços culturais capazes de marcar a diferença entre os povos e o pertencimento destes a seus territórios de origem. A título de exemplo podemos mencionar as colônias japonesa, paraguaia e gaúcha existentes em nosso estado e que mesmo estando organizadas aqui, seus membros procuram retomar e reconstruir a cultura de seu lugar de origem, demarcando dessa forma uma diferença em relação aos outros povos e instituindo o sentimento de pertença. Para Canclini (1993) são as negociações entre esses dois movimentos (o de globalização e o de localização da cultura) que implicam novas identidades híbridas.

Dessa forma rompe-se com a concepção do sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, pois o momento atual requer que se rompa com antigos paradigmas. Isso, por sua vez, faz com que os sujeitos sejam compostos não de uma única, mas de várias identidades. Em outros termos, a visão dialética ou dualista de mundo não tem voz e muito menos vez numa perspectiva multicultural, já que é inegável que os espaços “não são áreas delimitadas e homogêneas, mas espaços de interação em que as identidades e os sentimentos de pertencimento são formados com recursos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional” (CANCLINI, 1993, p. 153).

Acreditamos, então, no que expõe Bhabha (2008), que o local da cultura está nesse espaço geo-histórico fluido e heterogêneo, o local da cultura é o entre-lugar deslizante, marginal e estranho, como o crítico argumenta:

Estar estranho ao lar [unhomed] não é estar sem-casa [homeless]; de modo análogo, não se pode classificar o “estranho” [unhomely] de forma simplista dentro da divisão familiar da vida social em esferas privada e pública. O momento estranho move-se sobre nós furtivamente, como nossa própria sombra, e, de repente, vemos como a Isabel Archer de Henry James em *Portrait of a Lady* [Retrato de uma Dama]. Tomando a medida de nossa habitação em um estado de “terror incrédulo”. E é nesse ponto que, para Isabel, o mundo primeiro se contrai e depois se expande enormemente. Enquanto ela luta para sobreviver às águas insondáveis, às torrentes impetuosas, James introduz-nos ao “estranhamento” inerente àquele rito de iniciação extraterritorial e intercultural. Os recessos de espaço doméstico tornam-se os lugares das invasões mais intrincadas da história. Nesse deslocamento, as fronteiras entre casa e mundo se confundem e, estranhamente, o privado e o público tornam-se parte um do outro, forçando sobre nós uma visão que é tão dividida quanto desnorteadora (BHABHA, 2008, p. 30).

Em suma, não se pode mais incorrer no erro de exaustivamente reafirmar uma diferença cultural, previamente determinadora e impositiva no sentido de se ter “autoridade” para se eleger um universo particular como sinônimo de cultura, marginalizando dessa forma as outras culturas existentes, uma vez que o processo de hibridização não nos permite falar mais em diferença cultural, mas em diversidade cultural (BHABHA, 2008, p. 63).

A diversidade cultural é o processo de enunciação da cultura como “conhecível”, legítimo e adequado à construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade é

uma categoria ética e estética , a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a reprodução de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. A diversidade cultural é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade.

As identidades nacionais estão sendo "homogeneizadas"? A homogeneização cultural é o grito angustiado daqueles/as que estão convencidos/as de que a globalização ameaça solapar as identidades e a "unidade" das culturas nacionais. Entretanto, como visão do futuro das identidades num mundo pós-moderno, este quadro, da forma como é colocado, é muito simplista, exagerado e unilateral. (BHABHA, 2008, p. 52)

Nesses termos Bhabha (2008) nos apresenta três qualificações relativamente à primeira das três possíveis consequências da globalização, isto é, a homogeneização das identidades globais. Elas são:

- a) A globalização caminha em paralelo com um reforçamento das identidades locais, embora isso ainda esteja dentro da lógica da compressão espaço-tempo;
- b) A globalização é um processo desigual e tem sua própria "geometria do poder";
- c) A globalização retém alguns aspectos da dominação global ocidental, mas as identidades culturais estão, em toda parte, sendo relativizadas pelo impacto da compressão espaço-tempo.

Essa compreensão nos ajuda a pensar as implicações do processo de globalização em uma instituição, criada e organizada por pescadores locais, no município de Cametá, localizado no interior da Região Amazônica, que sofre todas as consequências desse “processo desigual” produzido pela “geometria do poder” econômico e político.

No que tange a localização da Colônia dos Pescadores Z-16 (Cametá – PA), podemos afirmar que trata-se de uma localização estratégica. Pois, por meio do mapa abaixo, podemos perceber a localização da cidade de Cametá, cidade de grande extensão territorial do município, marcada pela presença imponente do Rio Tocantins, enquanto elemento definidor da vida dos sujeitos dessa pesquisa.

Figura 2 - Localização da cidade de Cametá no município.



Fonte: IBGE (2010)

O município de Cametá localiza-se na mesorregião do nordeste paraense, com uma área de 3.081,36 km², limitada ao norte pela cidade de Limoeiro do Ajuru, ao sul por Mocajuba, a leste por Igarapé – Miri e a oeste por Oeiras do Pará. O município de 376 anos organizou-se à margem esquerda do Rio Tocantins, a partir de uma infraestrutura econômica pautada, quase que exclusivamente, no setor primário da economia, com o trabalho da pesca artesanal, do extrativismo vegetal, da produção agrícola, e ainda, do serviço público e do comércio. A sua população é estimada em 120.904 habitantes, distribuídos entre ilhas e terra firme, sendo que 52.846 desse contingente são habitantes urbanos e 68.058 rurais (IBGE, 2010).

No município em questão foi criada a colônia dos pescadores Z-16, que, segundo Furtado e Barra (2004), foi fundada em junho de 1923 pela Capitania dos Portos do Pará e Amapá, com o objetivo de servir aos interesses do Estado em caso de necessidade.

Durante muito tempo a Colônia como representação da categoria dos pescadores permaneceu subordinada ao Ministério da Marinha, pois seus integrantes eram obrigados a prestar serviços gratuitos à mesma, tais como guiar navios no labirinto fluvial amazônico - devido ao conhecimento dos mares que os pescadores possuíam - pescar para alimentar a tropa da armada, entre outros. Por isso tornou-se meta a tomada do poder de decisão sob a Colônia, entidade que foi criada para favorecer a classe pescadora, o que motivou os pescadores, mesmo que em pequena escala e não organizados por completo, partissem para o enfretamento contra o Ministério da Marinha (FURTADO; BARRA, 2004).

Para se situar o contexto que a Colônia dos Pescadores enfrenta hoje, é importante referenciar Furtado e Barra (2004), segundo os quais a Prelazia de Cameté passou a fazer um grande trabalho de conscientização dos pescadores, por meio de visitas ribeirinhas, encontros, reuniões, cursos etc.

Segundo Martins (2011), Furtado e Barra (2004), as comunidades ribeirinhas, que vivem basicamente da pesca sofrem todos os tipos de exclusão devido aos impactos danosos do contexto de crise ambiental em que vive o Brasil e o mundo, e principalmente a Amazônia, resultado do modelo de desenvolvimento economicista arraigado há décadas no Brasil.

A pesquisa bibliográfica evidenciou que a Colônia de Pescadores Z-16 participou do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7). O Programa Piloto foi proposto na reunião do Grupo dos Sete países industrializados (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990. Em dezembro de 1991, foi aprovado pelo G-7 e pela Comissão Europeia. Durante a Eco-92, o programa foi oficialmente lançado no Brasil. A sua execução competia ao governo brasileiro que o fez por meio do Ministério do Meio Ambiente, o qual coordenou o Programa, contou ainda com o intermédio do Ministério da Justiça e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a participação do Banco Mundial, da Comunidade Europeia e dos países membros do Grupo dos Sete. O PPG-7 foi instituído pelo Decreto nº 563, em junho de 1992, e modificado pelo Decreto nº 2.119 em janeiro de 1997. Os primeiros projetos foram aprovados em 1994 e a implementação iniciada em 1995 e concluídos em 2009.

propõe preservação ambiental para a melhoria de qualidade de vida por meio do incentivo a experimentação de tecnologias sustentáveis, do fortalecimento da organização social e do gerenciamento de ações que conciliem a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, MMA, 2006, p 9).

Entretanto, as questões políticas e administrativas têm influenciado a não implantação de projetos regionais de interesse dos pescadores e extrativistas em virtude das diferenças ideológicas muito fortes no campo da política pública, resultante do alinhamento político crítico adotado por seus membros. As entidades que têm conseguido projetos para suas categorias quase não têm tido apoio oficial.

Apesar do fato, dessa região ser bastante estudada, existe grande carência de programas de desenvolvimento e gestão regional, que é agravada pela ausência de difusão e especialização do conhecimento. Essa carência, juntamente com a escassez do pescado, vem agudizando a situação de pobreza e risco social de produtores e pescadores da região, pois

estes se tornam demasiadamente dependentes dos recursos pesqueiros, cuja disponibilidade e potencial não é ainda compreendida profundamente. Segundo relatórios do subprojeto do PDA, as comunidades pescadoras que se dedicam ao extrativismo artesanal, possuem condições de vida muito rudimentares. A falta de água potável, de atendimento médico, de educação básica, habitação confortável, condições de trabalho saudáveis, faz parte cotidiano dos moradores do litoral de Cametá. O relatório enfatiza ainda que: na região, ações ligadas à produção pesqueira e conservação da fauna e flora estão em maior evidência nos municípios de Cametá, Abaetetuba e Baião. Em Cametá há projetos ambientais em parceria com PDA e com o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA. Há também projetos alternativos de geração de renda e apoio do poder municipal. Com isso, a Colônia de Pescadores Z-16, de Cametá tem estabelecido parcerias que contribuem para seu fortalecimento institucional. Em Abaetetuba diversos parceiros se congregam para ação na produção piscícola.

Ainda de acordo com o relatório, “uma das iniciativas buscadas pelos pescadores foi a conservação dos recursos pesqueiros e florestais por meio dos “Acordos de Pesca” ou “Acordos de Preservação”. Em síntese esse trabalho de consultoria do MMA representou: [...] a preocupação com a escassez do pescado e as futuras condições de sobrevivência das famílias. Este trabalho de sistematização debruça-se sobre esses “Acordos de Pesca” no município de Cametá, especialmente nas ações desenvolvidas no período de 2001 a 2003, quando a Colônia Z-16 recebeu apoio do PDA para a realização do “Projeto de Apoio a iniciativas comunitárias: preservação dos recursos aquáticos, manejo florestal e piscicultura familiar como estratégias de valorização de comunidades ribeirinhas”.

Assim, a sustentabilidade permeia a vida cotidiana dessa comunidade, para viver nessa região faz-se necessário práticas sustentáveis para manter a floresta, o rio e os peixes. No entanto, a vida dessas populações que vivem na região norte do país e dependem da pesca e dos produtos da floresta, não é nada fácil. Faz parte do seu cotidiano o trabalho duro e por tempo ilimitado, a renda é baixa e com pouca perspectiva de ascensão social. Não dispõem de serviço de saúde, e a oportunidade de oferecer educação para crianças e jovens é limitada. Essa realidade resulta em êxodo para as cidades.

Destaca-se nesse processo as contribuições decorrentes dos projetos de PDA para o fortalecimento da Colônia e, conseqüentemente, do acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação(TIC) nas ações dos pescadores da Colônia Z-16.

2 REPRESENTAÇÕES SOBRE A AMAZÔNIA E A QUESTÃO DAS IDENTIDADES

Ao falarmos da Amazônia emerge a necessidade de um olhar direcionado para as representações desta região. É preciso determinar a Amazônia da qual estamos falando, pois essa definição é salutar para definir na arena do “jogo de identidade” como os diferentes agentes sociais amazônicos veem a Amazônia. Nesse cenário se destacam três atores: o estado brasileiro; o capital nacional e internacional; e as comunidades tradicionais.

Pinto (2011) ao tratar do modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil e na Amazônia, pensado e executado pelo capital ou pelo seu braço político que é o Estado, refere-se a essa disputa sobre os sentidos, sobre as representações da Amazônia.

Mesmo sendo constituída pela maior floresta tropical do mundo (com um terço da mata remanescente), a maior de todas as bacias hidrográficas e a presença humana remontando a mais de 10 mil anos, a Amazônia, nessa bitola colonial, seria um espaço vazio (PINTO, 2011, p. 12) [...] **Árvores, águas e nativos são invisíveis** por essa ótica, que tem sido a matriz da política de dominação da região. Mais do que isso: são um estorvo para o desenvolvimento e o progresso, estes, sim, conceitos estranhos ao bioma amazônico e a toda sua história anterior à chegada dos europeus. Ferramentas dos colonizadores vitoriosos, que consideram visões mais íntimas do universo florestal como reminiscência de um tempo morto e enterrado pela “modernidade”. Um anacronismo. (PINTO, 2011, p. 12)

É nesse contexto de reflexão sobre a importância da Amazônia e da população que nela habita que destacamos a necessidade de se pensar a construção da identidade cultural de um grupo social “nativo” dos rios da Amazônia.

O conceito de identidade não se confunde com a idéia de originalidade ou de autenticidade, pois o processo de identificação e o vínculos de pertencimento se constituem tanto pelas tradições (“raízes”, heranças, passado e memória, etc.) como pelas traduções (estratégias para o futuro “rotas”, “rumo”, projetos, etc.) As identidades nunca são, portanto, completamente determinadas, unificadas, fixadas, elas são “multiplamente construídas ao longo do discurso, práticas e posições que podem se cruzar e ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de transformação e mudança (HALL, 2004, p. 108)

Essa explicação nos ajuda a entender melhor o caráter “histórico” inerente à construção das identidades dos pescadores cametaenses, além disso, destaca o “processo de transformação e mudança” pelo qual passa a construção dessa identidade. Ou seja, esse processo é uma síntese das novas representações sobre a Amazônia e como isso interfere na construção das identidades.

2.1 IDENTIDADE CULTURAL E TRADIÇÃO DOS PESCADORES DE CAMETÁ

A Colônia dos pescadores é um desafio muito grande para quem busca a compreender, é a descoberta de um lugar e de uma cultura muito significativas para a realidade Cametaense. Por isso é sempre bom descobrir, conhecer, viajar para conseguir relacionar as experiências acadêmicas com a realidade que nos cerca.

Através da análise do seu cotidiano, suas maneiras, costumes e organizações, bem como de entrevista feita com um representante da colônia e matérias coletados, apresentaremos aqui, um fragmento da entrevista com um representante da Colônia dos Pescadores onde ele se reporta à fundação da Colônia, no dia 23 de junho de 1924. Segundo ele a colônia possuía um estatuto regido pela colônia do estado do Pará. Em 1993, os pescadores começam a pensar um novo estatuto, embasado em vários eixos de desenvolvimento. Nota-se que aqui se pensa no coletivo, ouvindo os pescadores, investigando as suas necessidades.

Hoje, a colônia dos pescadores tem 10.600 pescadores cadastrados. Então, todos os dias a colônia é visitada por vários pescadores de diferentes localidades, quem vêm atrás de benefícios, financiamentos, seguro, e outros serviços como carteira profissional, e os projetos que serão mencionados.

O representante da colônia apresenta como ações desenvolvidas pelos pescadores, os eixos que compreendem vários projetos que proporcionam uma ampla possibilidade de ascensão do pescador de acordo as necessidades temporariamente, de acordo com o Quadro I.

Ao fazermos uma relação dessa discussão com as categorias jovens filhos de pescadores que segundo a Colônia são mais de 06 (seis) mil, dos quais 102 (cento e dois), que posteriormente analisaremos de forma mais aprofundada.

A escola é muito valorizada pelos jovens no que ela aporta de convivência e preparação para o futuro, mesmo que sem muito sentido prático para as demandas de inserção no trabalho. Lá estão os amigos e conhecidos da vizinhança, lá ressoam os acontecimentos presenciados na cidade e no entorno, lá é possível se reconhecer como participante de uma instituição aberta para o seu cotidiano. (BRASIL, 2011, p.46).

Entretanto, ainda fica a dúvida: Como será analisada a sociabilidade do jovem no Projeto pescando saber? Segundo Simmel (1983), a sociabilidade demanda certa simetria e certo equilíbrio, uma relação entre iguais. Mesmo que existam diferenças, que não são muitas entre os jovens, uma vez que dominam as relações em um mesmo estrato social, “faz-se de

conta que essas não existem”. Simmel (1983) acentua que esse "fazer de conta" não é mais mentira do que a arte e o jogo são mentiras por causa do desvio da realidade, desde que de acordo com suas regras. São esses aspectos que apontam para a natureza democrática da sociabilidade.

A identidade cultural do grupo que compõe a Colônia dos pescadores do município de Cameté apresenta vários eixos que norteiam uma gestão democrática, dentre os quais o representante da colônia coloca a participação como um dos principais.

Percebeu-se que para chegar ao resultado destacado nos eixos, na estrutura apresentada, precisou-se de muitos encaminhamentos, reuniões, discussões, ponderações de valores, comportamentos e ideias, sempre buscando um parâmetro, uma direção, que não fugisse do dia a dia da Colônia.

Como objetivo é apresentar a identidade cultural do grupo pesquisado, não esquecendo que estamos retratando apenas um recorte do tempo, pois sabemos que tudo muda, se transforma, como Hall (2006) afirma. Esses processos de mudança são tão fundamentais abrangentes que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada.

Figura 3 - Formação Profissional - Agentes Ambientais.



Fonte: Colônia de Pescadores Z-16 do Município de Cameté (2012).

Essa imagem faz referência ao Eixo III, intitulado “Desenvolvimento e formação profissional”, que visava à formação de “Agentes Ambientais”, onde foram formados 70 pescadores para atuarem como fiscais dos problemas ambientais.

A Colônia de Pescadores Z-16 do Município de Cametá tem sua importância em virtude das experiências desenvolvidas no contexto sócio-educativo e político do município. A colônia vem construindo, ao longo do processo histórico, um espaço de discussão social através de sua participação como movimento organizado (COSTA, 2006, p. 73).

Esses eixos são os elementos articuladores das práticas sociais dos pescadores reunidos em torno da institucionalidade da colônia. Trata-se, em última instância, de estratégias de enfrentamento do abandono histórico produzido pelas ausências de políticas públicas seja a nível federal, estadual ou municipal a que estão relegados. Daí a imensurável importância dessa instituição não apenas para constituição de suas próprias identidades, mas também para a melhoria da qualidade de vida da população como um todo, considerando os benefícios socioambientais produzidos pelas ações desses sujeitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa analisou os resultados do impacto dos projetos de PDA e do acesso às TIC's nas ações dos pescadores da Colônia Z-16. É nessa perspectiva que se quer destacar as relações existentes entre educação, cultura, inclusão digital e mediação na Colônia dos pescadores. A continuidade do presente estudo com a defesa da dissertação pretende analisar em que medida e de que forma as TIC's têm auxiliado no desenvolvimento das ações dos pescadores da colônia em questão.

Ao analisar o curso, esse se mostrou a dedicar-se apenas nos conhecimentos básicos de informática, o que parece limitar a utilização da informática para o seu processo de formação e humanização, assim como, para sua utilização com uma finalidade comunicativa. Entretanto vale ressaltar que as atividades cotidianas do curso, acerca do aprendizado dos conhecimentos básicos de informática, são perpassadas por saberes oriundos das suas comunidades, como por exemplo, nomes de peixes, de rios, de unidades de medidas utilizadas em suas práticas produtivas.

No decorrer da pesquisa, algumas considerações revelaram uma aproximação da realidade do curso com a Colônia dos pescadores Z-16. Dentre as vozes, histórias e experiências narradas e vivenciadas pelas comunidades ribeirinhas, o PDA apresenta alguns tópicos para a compreensão da trajetória, dos aspectos primordiais para construção da linha do tempo dos Pescadores da região do Baixo Tocantins. Assim, um dos elementos bases para o desenvolvimento e fortalecimento de um grupo social como este se deu pelo PDA como base

para explicar elementos que interferem e constituem a atual história da Colônia dos pescadores.

Apesar da região ser bastante estudada, faltam programas de desenvolvimento e gestão regional, existe também grande ausência de difusão e especialização do conhecimento. A carência de programas sociais eficazes vem deixando os produtores e pescadores cada vez mais pobres e, portanto, mais dependentes dos recursos pesqueiros, cuja disponibilidade e potencial não é ainda completamente compreendida. Segundo relatórios de subprojeto de PDA, as comunidades pescadoras que se dedicam a um extrativismo artesanal, possuem condições de vida muito rudimentares. A falta de água potável, de atendimento médico, de educação básica, habitação confortável e condições de trabalho saudáveis, são componentes do cotidiano destes moradores do litoral como Cametá.

A educação, nesse processo, torna-se mediadora e, também, mecanismo poderoso de articulação das relações entre poder, conhecimento e tecnologias. Sem ela, sem dúvida nenhuma, esses mecanismos não teriam tanta importância para a sociedade, da mesma forma, a escola também exerce o seu poder em relação aos conhecimentos e ao uso das tecnologias que farão a mediação entre professores, alunos e os conteúdos a serem aprendidos.

Este trabalho colocou em evidência a problemática intrínseca à realidade dos pescadores do município de Cametá e de toda essa região. Pois, o processo de inclusão digital é uma dimensão de um processo muito maior de luta dos pescadores para participarem da vida social de sua comunidade, do seu município, e do seu país. Eles sofreram os profundos impactos dos grandes projetos implantados na Amazônia, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que provocou problemas ambientais e socioeconômicos, derivados da crise do pescado ocasionada pela hidrelétrica. Além do processo constante de destruição da cultura local, produzido pela mídia por meio da vinculação da cultura do consumo. Conclui-se que as contribuições de um projeto como esse, extrapola a dimensão socioeducacional analisada aqui, e contribui até como o processo de sobrevivência desse grupo de pescadores e a preservação de sua cultura.

Os resultados dessa pesquisa trazem uma contribuição significativa para a reflexão sobre a função social da pedagogia em ambientes não-escolares. Além de colocar em evidência a importância do processo de inclusão digital para a formação profissional e humana de jovens filhos de pescadores, coloca em destaque, também, as profundas carências das escolas de Educação Básica do estado do Pará, mais especificamente do município de Cametá, que não oferecem a menor condição para que os alunos tenham acesso a esses recursos tecnológicos em seu processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, é necessária a

construção e a implementação de políticas públicas educacionais por parte do Estado e dos Municípios, para que se possa para que se possa melhorar a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A.J. Usos e abusos dos Estudos de Caso. in **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação educacional**. Brasília: Liber livro Editora, 3ª edição, 2008.

ACEVEDO MARIN; ALMEIDA, Berno Wagner ORG. **Populações tradicionais – Questões de terra na Pan-Amazônia**. Publicação do Projeto Nova Cartografia Social - PNCS. 2006.

BARRA, José Domingos Fernandes; FURTADO, Gislene Damasceno. **Pescadores Artesanais de Cametá: Formação Histórica, Movimentos e Construção de Novos Sujeitos**, Cametá – Pará, 2004.

BHABHA, Homi Komi. **O local da cultura**. Trad. Miriam Ávila et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL, MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Cametá: Acordos de pesca - uma alternativa econômica e organizacional**. Publicação realizada com a colaboração da Cooperação Técnica Alemã – GTZ, atual GIZ. Brasília, 2006.

_____. MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Disponível: <<http://www.mma.gov.br/ppg7>> Acesso em 20 dez. 2012.

_____. **Ministério do Meio Ambiente – MMA. PPG7**. disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/capa/>. Acesso em: 18/09/2013).

CANCLINI, Nestor **Globalização Imaginada**. Capítulo 2: A globalização: objeto cultural não identificado, P. 41-68 e capítulo 7: Capitais da cultura e cidade globais, p.153-166. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CASTRO, Leonardo. **Grandes Projetos: "desenvolvimento e progresso"**. Disponível em: <http://parahistorico.blogspot.com.br/2009/02/grandes-projetos-desenvolvimento-e.htm> . 1. ACESSO: 15/09/2013.

COSTA, Gilson da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel e SOMMER, Luis Henrique. **Estudos culturais, educação e pedagogia**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.23, pp. 36-61. ISSN 1413-2478.

GRITO DOS EXCLUÍDOS (2013). História. Disponível em:
<<http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>>. Acesso em: 20 abr. 2013

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

IBGE. **Mapa da Amazônia Legal Nacional – Divisão Política**. Disponível em:
ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_administrativo.pdf

_____. **Mapa da Região Norte – Divisão Política**. Disponível em:
<http://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/politico/regionais/norte_politico.pdf> Acesso em: 18 set. 2013

MARTINO, Luiz C. Globalização e cultura de massa, pp. 67-85; SOVIK, Liv. Lembrar o sujeito pósmoderno ou viva o fim da razão instrumental; pp.87-95. In: PRADO, José Luiz Aidar (org.). **Lugar Global e Lugar nenhum: ensaios sobre democracia e globalização**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). PDA- Subprograma Projeto Demonstrativo. **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/capa/>. Acesso em: 18 set. 2013

NUNES, FRANCIVALDO ALVES. **Unidade do território brasileiro e expansão de domínio: aspectos históricos formadores do conceito de *Amazônia Tocantina***. Texto apresentado inicialmente no I Seminário de Integração da Universidade Federal da Amazônia Tocantina em março de 2010 na cidade de Cametá-PA. A atual versão foi ampliada e revisada, sendo apresentada no II Seminário de Integração da Universidade Federal da Amazônia Tocantins em 27 de maio de 2010 na cidade de Abaetetuba-Pará

OLIVEIRA, Roberto Cardoso, **o Trabalho do Antropólogo**, Unesp, Ed.paralelo15, 1998.

PRESSLER, N. **Comunicação e Meio Ambiente: Agências de Cooperação Internacional e Projetos Socioambientais na Amazônia**. Belém: UNAMA; Manaus: UEA, 2012.

_____. **Cooperação internacional e comunicação do conhecimento na Amazônia**. In. MALCHER, M.A; MARQUES, J; DE PAULA, L.R.N (Org.). História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia. São Paulo: Acquerello, 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. **Jornal o pessoal**. Disponível em:
<<http://www.lucioflaviopinto.com.br/>> Acessado em: Acesso em: 22 set. 2013

POMPEU, José Danuzio Pinto. **Evolução Territorial e Urbana do Município de Cametá- Estado do Pará**: Cametá-Pará, 2002.

SOVIK, Liv. Pensando com Stuart Hall. In: GOMES, Itania Maria Mota; JANOTTI JUNIOR, Jeder. (Organizadores). **Comunicação e estudos culturais**. Salvador: DUFBA, 2011.